

Paisagem, território e identidade em *Nas águas do tempo*: uma leitura geográfica do rio em Mia Couto

Landscape, territory and identity in *Nas águas do tempo*: a geographical reading of the river in Mia Couto

Paysage, territoire et identité dans *Nas águas do tempo*: une lecture géographique du fleuve chez Mia Couto

Maria Fernanda Cavassani – mfcavassani@outlook.com

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-3038-7392>

Marcela Lino Mendes da Cruz – marcelalino@prof.educacao.sp.gov.br

Licenciada em Letras – Língua Portuguesa

Centro Universitário UniSEB

Orcid : <https://orcid.org/0009-0002-0364-4664>

Resumo

O presente artigo analisa o conto “Nas águas do tempo”, de Couto (2016), investigando como a narrativa articula a reconstrução identitária e a salvaguarda da memória no cenário pós-colonial moçambicano. A investigação estabelece um diálogo transdisciplinar entre a crítica literária, a antropologia e a geografia cultural, tomando as reflexões de Elias Netto (2016) sobre a simbologia das águas como intertexto fundamental. Partindo da premissa da literatura como um direito fundamental e instrumento de humanização, o estudo discute a importância do fazer literário na organização do caos interior e na manutenção de vínculos ancestrais. O aporte teórico integra conceitos de experiência, lugar de memória e fenomenologia da paisagem e do território aos processos de sutura identitária. A metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e análise textual interpretativa. Os resultados revelam que o rio, na obra analisada, transcende a dimensão física para converter-se em um “arquivo vivo” e sagrado, configurando-se como paisagem cultural, onde tempo e água se entrelaçam como dimensões indissociáveis. Conclui-se que a narrativa configura um aprendizado do olhar que permite habitar a paisagem e reconhecer uma ancestralidade perene na relação entre sujeito e espaço.

Palavras-chave: Literatura; Paisagem cultural; Território; Memória; Identidade.

Abstract

This article analyzes the short story *Nas águas do tempo*, by Couto (2016), investigating how the narrative articulates identity reconstruction and the safeguarding of memory within the Mozambican post-colonial context. The study establishes a transdisciplinary dialogue between literary criticism, anthropology, and cultural geography, taking Elias Netto's (2016) reflections on the symbolism of waters as a fundamental intertext. Grounded in the premise of literature as a fundamental right and an instrument of humanization, the research discusses the importance of literary practice in organizing inner chaos and sustaining ancestral bonds. The theoretical framework integrates concepts of experience, place of memory, and the phenomenology of landscape and territory into processes of identity formation. The methodology consists of qualitative bibliographic research and interpretive textual analysis. The results reveal that the river, in the analyzed work, transcends its physical dimension to become a sacred “living archive,” configuring itself as a cultural landscape in which time and water intertwine as inseparable dimensions. It is concluded that the narrative configures a learning of perception that enables the inhabiting of landscape and the recognition of a perennial ancestry in the relationship between subject and space.

Keywords: Literature; Cultural landscape; Territory; Memory; Identity.



Résumé

Cet article analyse la nouvelle “Nas águas do tempo” de Couto (2016), en étudiant la manière dont le récit articule la reconstruction identitaire et la sauvegarde de la mémoire dans le contexte postcolonial mozambicain. L'investigation établit un dialogue transdisciplinaire entre la critique littéraire, l'anthropologie et la géographie culturelle, en prenant les réflexions d'Elias Netto (2016) sur la symbolique des eaux comme intertexte fondamental. Partant du principe de la littérature comme droit fondamental et instrument d'humanisation, l'étude discute l'importance de la création littéraire dans l'organisation du chaos intérieur et le maintien des liens ancestraux. L'apport théorique intègre les concepts d'expérience, de lieu de mémoire et de phénoménologie du paysage et du territoire aux processus de suture identitaire. La méthodologie repose sur une recherche qualitative de nature bibliographique et sur une analyse textuelle interprétative. Les résultats révèlent que le fleuve, dans l'œuvre analysée, transcende la dimension physique pour se transformer en un « archive vivante » et sacrée, se configurant comme un paysage culturel où le temps et l'eau s'entrelacent comme des dimensions indissociables. Il en ressort que le récit façonne un apprentissage du regard qui permet d'habiter le paysage et de reconnaître une ancestralité pérenne dans la relation entre sujet et espace.

Mots-clés: Littérature ; Paysage culturel ; Territoire ; Mémoire ; Identité.

Recebido em: 15/06/2026
Aceito para publicação: 22/06/2026
Publicado: 16/08/2026

Introdução

O presente artigo propõe uma incursão pelas águas da memória e da ancestralidade a partir do conto “Nas águas do tempo”, de Couto (2016). Situada em um Moçambique que busca reconstruir suas bases identitárias no período pós-colonial, a narrativa de Couto (2016) nos apresenta o rio não apenas como um acidente geográfico, mas como um “arquivo vivo” onde o tempo e a água se fundem em “irmãos gêmeos, nascidos do mesmo ventre” (COUTO, 2016, p.8). Nesse sentido, o rio pode ser compreendido como uma categoria geográfica que articula materialidade e simbolismo, constituindo-se como paisagem cultural e espaço vivido no qual se produzem vínculos identitários, conforme Sauer (1998).

A narrativa acompanha a travessia de avô e neto ao longo do rio, em um percurso físico e simbólico no qual o menino é iniciado em uma forma de perceber o mundo que ultrapassa o olhar imediato. A presença da mãe introduz uma tensão entre diferentes leituras do espaço, contrapondo o olhar utilitário ao saber ancestral. Nesse contexto, a travessia configura-se como experiência de transmissão de saberes, na qual o rio emerge como espaço experienciado e paisagem cultural (SAUER, 1998). Nessa relação, articulam-se memória, pertencimento e identidade na experiência do território.

A problemática central desta análise reside na compreensão de como a literatura atua como um instrumento de soberania e salvaguarda, permitindo que a “flagrante infância” (COUTO, 2016, p.6) do avô, símbolo da tradição, seja transmitida ao neto em meio às brumas de um mundo que se profana pela pressa e pelo esquecimento.

Para iluminar essa travessia literária, estabelecemos um diálogo sensível com as reflexões de Elias Netto¹ (2016) sobre a simbologia do Rio Piracicaba. Embora partam de contextos geográficos distintos, ambos os autores convergem na ideia de que “o rio não é de todos, mas de cada um” (ELIAS NETTO, 2016, p.26) e que “mergulhar num rio significa para a alma entrar num corpo” (ELIAS NETTO, 2016, p.26). A escolha de Elias Netto como interlocutor justifica-se pela sua capacidade de traduzir o rio como um *mysterium* — uma verdade iniciática que desafia a lógica puramente física e se revela através de “olhos que se abrem

¹ Cecílio Elias Netto é escritor, jornalista e decano da cultura piracicabana. Em sua vasta produção sobre história e cultura local, o Rio Piracicaba figura como eixo central, articulando memória, tradição e simbologia, ao estabelecer um diálogo poético e identitário com a paisagem e o território.



para dentro” (COUTO, 2016, p.8), como diz o avô no conto. Assim, a paisagem fluvial deixa de ser objeto de contemplação para tornar-se o “sacramento de vida” (ELIAS NETTO. 2016, p.26) que ampara a existência humana do nascimento ao fim.

A fundamentação teórica desta pesquisa ancora-se na tríade: Literatura, Memória e Paisagem. Utilizamos o “direito à literatura” de Candido (2011) para justificar a narrativa como necessidade humana e recorremos à figura do “narrador” de Benjamin (1994) para compreender a transmissão da experiência ancestral como um ato de resistência à modernidade. Dialogamos ainda com o “cronotopo” de Bakhtin (2010) para analisar a dilatação espaço-temporal; com a noção de “identidade” de Hall (2006); e com a “morfologia da paisagem” de Sauer (1998) integrada ao *taskscape* de Ingold (2015), para compreender o rio como um espaço de engajamento prático e espiritual. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, fundamentada em Gil (2008), por permitir o levantamento de fontes teóricas já consolidadas sobre a temática. O procedimento pauta-se na análise textual interpretativa e dialógica, sob a ótica de Bakhtin (2011), compreendendo a obra literária como um enunciado vivo em que a memória e a paisagem estabelecem um diálogo profundo com a ancestralidade e o leitor.

O trabalho está estruturado em quatro partes: a primeira aborda a fabulação e a autoridade do narrador como forma de resistência; a segunda investiga o rio como lugar de memória, rememoração e eternidade; a terceira analisa a fenomenologia do habitar “a favor da água” (COUTO, 2016, p.6) e o aprendizado da paisagem; e a quarta promove a síntese estética sobre a descoberta do “rio interno que não haveria nunca de morrer” (COUTO, 2016, p.8). Nesse percurso, ganha relevância o gesto aparentemente simples da travessia no concho, a pequena canoa que conduz avô e neto. Mais do que um meio de deslocamento, a embarcação constitui um dispositivo pedagógico da paisagem, pois é nela que o neto aprende a ver o mundo segundo o ritmo das águas, transformando a travessia fluvial em uma aprendizagem sensível onde “ver” é aprender a reconhecer os sinais do invisível. Assim, a leitura do rio desloca-se de uma dimensão puramente física para uma compreensão enquanto espaço vivido, no qual práticas, memórias e significados se entrelaçam.

O Direito à Literatura

A escrita de Couto (2016) é atravessada por sua formação como biólogo, o que lhe permite conceber a natureza não como um cenário estático ou um objeto morto, mas como um organismo vivo e cheio de histórias. Neste contexto, a literatura deixa de ser um simples entretenimento para se tornar um território de soberania. Ela exerce o que Candido (2011) define como o “direito à literatura”: um bem inalienável que ajuda a organizar o caos interno e assegura a integridade do espírito humano diante das pressões do mundo material.

Para que esse direito se materialize no conto, surge a figura central do avô como o legítimo Narrador, tal como concebido por Benjamin (1994). O verdadeiro narrador não é aquele que apenas repassa informações objetivas, mas aquele que extrai da própria experiência o que conta, transformando a vida em uma herança compartilhada para quem ouve. Nesse processo, a narrativa não apenas transmite vivências, mas produz espacialidades, configurando modos de compreender e habitar o mundo. O avô, descrito como um homem que sabe “conversar mesmo sem nada falar” (COUTO, 2016, p.6), personifica essa autoridade benjaminiana. Ele resiste à “informação” rápida e utilitária da cidade para semear uma sabedoria que só germina no tempo do afeto, do silêncio e da escuta.

Nesta jornada, o neto encontra-se no centro de uma tensão simbólica fundamental. De um lado, a mãe representa o eco do pensamento colonial, focado na utilidade imediata das coisas e no desprezo pelo que não pode ser medido ou vendido. Para ela, o rio é um risco ou um recurso; para o avô, o rio é uma divindade e uma escola. Enquanto a mãe tenta “limpar” o olhar do filho das “velhas crenças”, o avô o convida a um mergulho no invisível, mostrando que a realidade é muito mais vasta do que a lógica utilitarista permite enxergar.

Esse resgate da imaginação permite que o menino transcenda o cotidiano funcional e acesse a “experiência narrada”, um fio de continuidade que une as gerações e impede que a identidade seja apagada pelo esquecimento, conforme Benjamin (1994), defende que a experiência se transforma em tradição quando resgatada pela narrativa, tornando-se um elo entre gerações. Essa resistência pelo afeto encontra eco nas reflexões de Elias Netto (2016), para quem o rio não é apenas água que corre, mas a “síntese da humanidade” (ELIAS NETTO, 2016,



p.26). Ao afirmar que o curso das águas representa o nosso próprio caminhar, Elias Netto (2016) reforça que a sabedoria transmitida pelo avô no barco é, na verdade, uma iniciação: o rio deixa de ser um dado geográfico para se tornar o local onde o sagrado e o profano convivem diariamente, garantindo ao sujeito o seu direito de narrar o invisível.

O Rio como Arquivo Vivo

A investigação sobre a natureza da memória em “Nas águas do tempo” revela que o rio não é um cenário estático, mas o suporte material para o que Nora (1993) denomina como “lugar de memória”, no entanto, para que esse lugar não se torne um cenário inerte é necessária a mediação do avô. Enquanto espaço de memória, o rio também se configura como território simbólico, estruturando formas de pertencimento e continuidade entre gerações, vinculadas aos processos de construção identitária (HALL, 2006).

Ele atua como o tradutor de um passado que não está “atrás” de nós, mas que flui junto conosco. Como bem pontua Elias Netto (2016, p.26), “o curso das águas é a corrente da vida e da morte”, exigindo do neto um tipo especial de leitura: aquela que ocorre quando entendemos, como narra o conto, que “a água e o tempo são irmãos gêmeos” (COUTO, 2016, p. 26). Ao unir esses dois elementos, Couto (2016) sugere que o rio funciona como um arquivo vivo, onde a fluidez da água e a passagem das eras ocupam o mesmo corpo.

Candido (2011) é fundamental para compreendermos que essa “irmandade” entre água e tempo não é um dado científico, mas uma ordenação simbólica. Para Candido (2011), a literatura exerce um papel humanizador ao dar forma aos sentimentos e à história. Ao narrar o rio, o avô organiza o tempo para o neto, transformando o fluxo caótico dos eventos em uma estrutura de significado. O rio deixa de ser apenas geografia para tornar-se literatura viva, um arquivo que só pode ser aberto por quem aceita o direito de sonhar e narrar o mundo.

Essa percepção temporal rompe com a cronologia linear do mundo urbano, o tempo dos “pedacitos” (COUTO, 2016, p.7), fragmentado e veloz, para instaurar o que Bakhtin (2010) define como Cronotopo, onde tempo e espaço são indissociáveis. No barco, o espaço do rio dita um tempo circular e sagrado, onde as distâncias geográficas se confundem com as distâncias da alma. Ao dizer que

“todo o tempo a partir daqui são eternidades” (COUTO, 2016, p.7), o avô suspende o relógio da modernidade. Esta dilatação temporal permite o que Benjamin (1994) descreve como “Rememoração”: um ato de escavar o passado não para vê-lo como algo que passou, mas para trazê-lo à tona como força viva no presente.

Nesse sentido, o “revoltear das águas” descrito por Elias Netto (2016, p.26) torna-se uma metáfora para o desejo humano de retornar ao Princípio, à nossa própria nascente. Nesta percepção, o rio torna-se o local onde o “ontem” e o “láááá” (COUTO, 2016, p.6) coabitam de forma indissociável. É preciso notar que, na cosmologia do avô, o “ontem” não é uma categoria puramente temporal ou um passado morto, mas uma presença viva que flui nas águas; é a memória que se faz agora. Da mesma forma, o “láááá”, graficamente expandido pela dilatação da vogal no texto de Couto (2016, p.6), não indica apenas uma distância física, mas representa o além do horizonte visível. Esse é o lugar da ancestralidade que os olhos comuns, treinados pelo pragmatismo urbano, não conseguem alcançar. Ao ensinar o neto a olhar para essa distância expandida, o avô o inicia na capacidade de enxergar a profundidade da existência, onde o tempo e o espaço se fundem em uma única eternidade. Para o neto, essa viagem é uma lição de que a identidade não é uma linha reta, mas um fluxo composto por “correntes de muitas e muitas águas”, como descreve Elias Netto (2016, p.26).

Essa imagem de pluralidade fluvial dialoga profundamente com a antropologia de Ingold (2015), onde o ser humano não habita um mundo de objetos estáticos, mas um mundo de fluxos e materiais em constante movimento. A vida, nesse sentido, não é um ponto de chegada, mas um ‘emaranhado de linhas’ que se entrelaçam. Ao navegar com o avô, o menino descobre que sua própria identidade é uma dessas linhas que agora se “sutura” ao curso do rio e à história de seus antepassados, revelando que existir é, acima de tudo, participar desse fluxo contínuo de materiais e memórias. Nesse movimento, a identidade emerge como resultado da relação entre sujeito e espaço, evidenciando o caráter relacional do território, conforme Hall (2006).

A “reza tão quietos que parecíamos perfeitos” (COUTO, 2016, p.6) marca o momento de suspensão em que a sabedoria é transmitida de lábio a lábio, garantindo que a narrativa não se perca na obsolescência da informação técnica. Nesse instante, o rio consolida-se como o que Nora (1993) define como um “lugar



de memória”: um ponto de apoio onde a herança ancestral se ancora para não ser varrida pelo tempo. Como arquivo vivo, o rio não guarda apenas dados geográficos, mas a própria possibilidade de continuarmos sendo quem somos. Ele transforma a experiência individual em um patrimônio coletivo que, como as águas, não haverá nunca de morrer, assegurando que o neto leve consigo a correnteza de sua própria história.

A Educação do Olhar

Para além de um repositório de memórias, o rio em “Nas águas do tempo” deve ser compreendido como uma construção fenomenológica, onde a separação entre o homem e a natureza se dissolve no ato de navegar. Esta perspectiva encontra ressonância na “morfologia da paisagem” de Sauer (1998), que propõe que a paisagem cultural não é um dado estático, mas algo forjado a partir de uma base natural pela ação e pela sensibilidade de um grupo humano. No conto, o rio que o neto enxerga não é o mesmo da mãe; o dele é uma paisagem moldada pelo olhar do avô, onde cada curva d'água carrega um sentido espiritual, desse modo, a paisagem deixa de ser um dado visual para ser compreendida como construção cultural, resultante da interação entre práticas, percepções e ambiente (SAUER, 1998).

Essa interação dinâmica é o que Ingold (2015) denomina como *taskscape* (paisagem de tarefas). Para Ingold (2015), a paisagem não é um cenário para ser olhado de longe, mas o resultado do engajamento prático e corporal dos seres com o mundo. Trata-se, portanto, de uma paisagem vivida, constituída na experiência e no fazer, e não apenas na observação.

O ensinamento do avô de remar “sempre a favor da água, nunca contra” (COUTO, 2016, p.6) não é uma mera técnica de navegação, mas um aprendizado de harmonização com o fluxo da vida. Ingold (2015) argumenta que aprendemos através do *enskillment* (o adestramento dos sentidos pelo fazer); no conto, o neto descobre que “mergulhar num rio significa para a alma entrar num corpo” (ELIAS NETTO, 2016, p.26). É nesse mergulho que a teoria de Candido (2011) se faz presente: ao aceitar a narrativa do avô, o neto exerce seu direito à fabulação. Para Candido (2011), a literatura humaniza porque nos permite organizar o caos exterior através de uma ordem interna. Ao “aprender” o rio, o menino não está



apenas vendo água; ele está ordenando sua própria sensibilidade através da herança poética que o avô lhe entrega.

Nesse processo, a canoa (o concho) assume um papel fundamental como instrumento de percepção. Ela não é apenas um objeto técnico, mas o espaço onde o neto aprende a “ler” o território. É no balanço da embarcação e no silêncio compartilhado que se constrói uma educação do olhar. Como sugere Elias Netto (2016, p.26), o rio exige uma entrega: “o curso das águas representa o nosso caminhar”. O menino aprende que a paisagem não se revela aos olhos apressados da cidade; ela precisa ser sentida no movimento.

Os panos que acenam na distância, ora vermelhos, ora branqueando na neblina, tornam-se os signos dessa leitura iniciática, onde ver o rio significa aprender a enxergar o invisível, ou seja, a paisagem é mais do que a superfície visível captada pela retina; ela é, como propõe Ingold (2015), um “mundo de materiais” em constante devir, que exige do sujeito uma percepção engajada. Nesse processo, a literatura faz-se necessária como o instrumento primordial dessa educação do olhar. Como defende Candido (2011), a narrativa ficcional tem o poder de dar sentido à realidade e humanizar o sujeito, permitindo que ele rompa com a visão puramente utilitária do mundo. Ao ler a travessia do neto, somos nós, leitores, que somos iniciados: o texto literário atua como um exercício de alteridade e sensibilidade, ensinando-nos que habitar o território requer uma visão que atravesse a matéria para alcançar a memória e o mito.

A Poética das Águas

Após percorrer os caminhos da resistência e da fenomenologia, a análise de “Nas águas do tempo” deságua em uma síntese onde a forma literária e a natureza do ser se fundem. Nessa perspectiva, a paisagem fluvial pode ser entendida como expressão de processos geográficos mais amplos de construção simbólica do espaço (SAUER, 1998).

Couto (2016) constrói uma “poética das águas” que mimetiza o fluxo da própria vida, partindo do conflito inicial entre a rigidez urbana e a fluidez ancestral. No início, o neto é um sujeito dividido; ao final, ele é um sujeito integrado. Essa trajetória confirma a tese de Candido (2011) de que a literatura é um instrumento de humanização: ela retira o jovem do estado de perplexidade diante do “caos” da mãe e o coloca em uma ordem de sentido oferecida pelo avô.

O clímax da narrativa ocorre no pântano, o que Sauer (1998) identificaria como o ponto máximo da “paisagem cultural”, onde o espaço físico se torna puramente simbólico. Quando o avô “se declina em sonho” (COUTO, 2016, p.8) e o “vermelho do pano dele se branqueia em desmaio de cor” (COUTO, 2016, p.26), assistimos à transmutação final da paisagem. Para Ingold (2015), esse é o ápice do *taskscape*: o avô não está mais apenas “na” paisagem, ele se fundiu a ela. O branco da neblina não é ausência, mas a plenitude do sagrado. Como define Elias Netto (2016), trata-se da “travessia”, o ato de ir à margem oposta sem saber o que nela existe, transformando o medo do desconhecido em soberania espiritual.

Nesse desfecho, a teoria de Benjamin (1994) sobre a autoridade do narrador atinge sua máxima expressão. Benjamin (1994) afirma que “a morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar”. O desaparecimento do avô na bruma é a “sanção” que permite ao neto herdar a história. É aqui que ocorre o que Hall (2006) descreve como o “ponto de sutura”: o neto se vincula-se à tradição. Ele deixa de ser um espectador da herança para tornar-se o seu suporte vivo. A descoberta final, “eu acabava de descobrir em mim um rio que não haveria nunca de morrer” (COUTO, 2016, p.8), sela essa união. Para Elias Netto (2016, p.26), “o rio não é de todos, mas de cada um”, e ao reconhecer essa fluidez interna, o narrador moçambicano atinge a centralidade na narrativa da ancestralidade.

Portanto, a unidade artística do conto cumpre a função essencial da literatura. Se, para Elias Netto (2016, p. 26), o rio é o “sacramento da vida”, aquilo que batiza a identidade e flui entre o visível e o invisível, podemos afirmar que a própria literatura exerce essa mesma função. Como defende Candido (2011), a literatura é uma necessidade universal que humaniza o sujeito ao organizar o seu mundo interior; ela é, portanto, o fluxo que permite ao indivíduo unir-se à sua história. Ao transformar a experiência bruta em sentido pleno, a narrativa garante que, tal como o curso das águas, a memória humana jamais deixe de correr.

A interlocução entre Couto (2016) e Elias Netto (2016) revela que a natureza e a cultura são fios de uma mesma trama identitária. A imagem do pano branco que dança na neblina é a garantia de que a memória não naufrague no esquecimento. O neto, agora detentor do saber, assegura que o rio da memória jamais pare de correr. Enquanto houver alguém disposto a “abrir os olhos para



dentro” (COUTO, 2016, p.8), o invisível continuará a acenar para nós na margem oposta do tempo, provando que a literatura, tal como o rio, é a nossa eterna nascente.

Considerações Finais

A jornada empreendida pelas águas de Couto (2016), sob a luz das reflexões de Elias Netto (2016) e do amparo da geografia humanista de Sauer (1998), permite-nos concluir que o rio transcende a sua materialidade para tornar-se a própria substância da identidade. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que “Nas águas do tempo” opera como um rito de passagem onde a “flagrante infância” (COUTO, 2016, p.6) do avô e a descoberta do “rio interno” (COUTO, 2016, p.8) do neto anulam a fragmentação do tempo moderno.

A literatura, conforme defendido por Candido (2011), cumpre aqui sua função humanizadora primordial. Para Candido (2011), o direito à literatura é o direito à integridade do espírito; no conto, esse direito é exercido no concho, onde o neto recebe a fabulação como um alimento necessário para organizar o seu próprio caos interno e situar-se no mundo pós-colonial.

A interlocução com o pensamento de Elias Netto (2016, p.26) revelou-se fundamental para compreender que o “*mysterium*” das águas moçambicanas guarda um eco universal. A convergência entre o “láááá” de Couto (2016, p.6) e a “travessia” de Elias Netto (2016, p.26) demonstra que o rio é a “síntese da humanidade: a convivência diária entre o sagrado e o profano”. Essa transmissão de saberes encontra eco na teoria de Benjamin (1994), para quem o narrador é o guardião da experiência (*Erfahrung*). O avô não apenas conta uma história, ele doa uma vivência que resiste à desintegração da memória. Sob a ótica de Hall (2006), o neto realiza a sua “sutura” identitária ao reconhecer-se nessa narrativa. Ele compreende que a identidade não é uma herança estática, mas um posicionamento ético: o de escolher enxergar com os “olhos que se abrem para dentro” (COUTO, 2016, p.26).

A imagem final do pano vermelho que se “brankeia em desmaio de cor” (COUTO, 2016, p.8) simboliza o êxito dessa tradução cultural e a “sanção” benjaminiana da morte que valida a narrativa. O homem efêmero dissolve-se na neblina para que a linhagem e o testemunho sobrevivam. Como ensina Candido (2011), a literatura é o que nos permite não sermos esmagados pela realidade



bruta; no caso do neto, é o que lhe permite não ser esmagado pelo esquecimento. Conclui-se que o narrador, ao descobrir em si “um rio que não haveria nunca de morrer” (COUTO, 2016, p.8), torna-se o guardião de uma geografia do afeto que ignora fronteiras cartográficas. O ciclo se fecha para que outro se inicie, garantindo que a memória permaneça viva, correndo livre “sempre a favor da água” (COUTO, 2016, p.6) e reafirmando que, enquanto houver narrativa, o tempo e a água continuarão sendo “irmãos gêmeos” (COUTO, 2016, p.8) na busca pelo eterno Princípio de todas as coisas.

Em última análise, a travessia proposta por Couto (2016) revela que a literatura não é apenas um registro do passado, mas o instrumento de um aprendizado do olhar. Assim, o rio pode ser compreendido como uma categoria geográfica complexa, na qual se articulam paisagem, território e memória, evidenciando o papel da geografia cultural na compreensão das relações entre sujeito e espaço.

Ao fechar os olhos para ver o invisível, o neto e, por extensão, o leitor descobre que a memória é o fluxo onde reside o sagrado que habita o rio, garantindo que a ancestralidade permaneça como um território soberano e inalienável diante das águas do tempo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2011.
COUTO, Mia. **Nas águas do tempo**. In: COUTO, Mia. **Estórias abensonhadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Piracicaba - um rio que passou em nossa vida**. 1. ed. Piracicaba: ICEN, Instituto Cecílio Elias Netto, 2016.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. Tradução de Correa e Rosendahl. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.